



Esta obra possui uma Licença

Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional

Submissão: 20/03/2025 | Aprovação: 20/06/2025



<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/18836>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v19i32.18836>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | v. 19 | n. 31 | Jan-Jun, 2025



NATUREZA E SOCIEDADE E AS CONTRIBUIÇÕES DOS ECOMUSEUS E MUSEUS COMUNITÁRIOS NO BRASIL PARA UMA GOVERNANÇA PARTICIPATIVA

NATURE AND SOCIETY: THE CONTRIBUTIONS OF ECOMUSEUMS AND COMMUNITY MUSEUMS IN BRAZIL TO PARTICIPATORY GOVERNANCE

Joélia Walter Sizenando Balthazar  

Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, SC Brasil¹

Geraldo Milioli  

Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, SC, Brasil²

Resumo: Os ecomuseus e museus comunitários, expressões do homem e da natureza, são iniciativas autônomas onde prevalece o interesse das sociedades pela preservação da memória e cultura local. A pesquisa considera a complexidade das inter-relações resultantes entre população, comunidade e ecossistema. O objetivo geral é refletir sobre os ecomuseus como modelo de governança participativa; para tanto, buscou-se através dos objetivos específicos a) analisar a relação entre sociedade e natureza, b) verificar suas características; c) demonstrar que os ecomuseus representam um modelo de governança participativa e (re)apropriação do espaço. A metodologia utilizada é qualitativa, com uma revisão de literatura baseada em autores que escrevem sobre o pensamento sistêmico, a racionalidade ambiental e os ecomuseus. Conclui-se que o significado do ecomuseus, na contemporaneidade, não se limita a preservar as heranças culturais do passado, pois ele também representa um espaço de reflexão, auxiliando os cidadãos e comprovando que a governança participativa é um caminho possível para a sustentabilidade.

Abstract: *Ecomuseums and community museums, expressions of humanity and nature, are autonomous initiatives where societies' interest in preserving local memory and culture prevails. This research considers the complexity of the interrelationships between population, community, and ecosystem. The overall objective is to reflect on ecomuseums as a model of participatory governance; to this end, the specific objectives were: a) to analyze the relationship between society and nature; b) to determine their characteristics; c) to demonstrate that ecomuseums represent a model of participatory governance and (re)appropriation of space. The methodology used is qualitative, with a literature review based on authors writing on systems thinking, environmental rationality, and ecomuseums. The conclusion is that the significance of ecomuseums in contemporary times is not limited to preserving the cultural heritage of the past, as they also represent a space for reflection, assisting citizens and demonstrating that participatory governance is a possible path to sustainability.*

Palavras-chave: Ecomuseus. Governança participativa. Natureza. Sociedade.

Keywords: Ecomuseums. Participatory governance. Nature. Society.

¹ Doutora em Ciências Ambientais, pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). Possui Mestrado em Ciências Ambientais, pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (2011). Professora no Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE, Membro do Laboratório de Sociedade, Desenvolvimento e Meio Ambiente (LABSDMA)Unesc; Membro da Associação brasileira de Ecomuseus – Abremc. e-mail: joeliawsb@gmail.com

² Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas (UFSC), Doutorado Sanduich pelo Programa RHA-E-CNPq (Visiting Professor) e Post Doctor Research Fellow no Department of Environment and Resource Studies (ERS), Faculty Environmental Studies (FES), University of Waterloo (UW), Canadá. Pós-Doutorado Sênior do CNPq no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE-UFPR), Lidera o Grupo de Pesquisa Complexidade e Transdisciplinaridade (CNPq-UNESC). e-mail: gmi@unesc.net

INTRODUÇÃO

A interação entre o ser humano e o meio ambiente, ao longo da história, transformou-se de uma relação de uso prudente para um cenário de conflitos à medida que a população começou a interferir na natureza para atender às suas crescentes demandas, especialmente com o surgimento do capitalismo. Neste contexto, surgem algumas iniciativas voltadas para a preservação ambiental, destacando-se a proposta de Ernst Haeckel, em 1869, que introduziu o termo "ecologia" para descrever os estudos sobre as interações entre as espécies e seu habitat. Um marco importante nesse processo foi a fundação de Yellowstone, em 1872, o primeiro parque nacional do mundo, nos Estados Unidos. No Brasil, o primeiro parque nacional foi criado em 1939. Entretanto, essas ações, embora significativas, mostraram-se insuficientes frente às grandes transformações no espaço geográfico. As tensões e os conflitos se tornaram frequentes e, na segunda metade do século XX, começaram a surgir debates em diversas esferas da sociedade sobre a degradação ambiental e a consequente necessidade de preservar os patrimônios culturais e imateriais. O uso dos recursos naturais, juntamente com a desconsideração das culturas locais em nome da globalização e do consumismo, trouxeram a conservação da natureza e a preservação dos patrimônio cultural e imaterial como questões centrais nas discussões públicas. fazer a concordância)

O estudo apresentado fundamenta-se na complexidade das interações que surgem entre indivíduos, comunidades e ecossistemas, perceptíveis ao se analisar um território específico.

A pesquisa considera a complexidade das inter-relações resultantes entre população, comunidade e ecossistema. O objetivo geral da pesquisa é refletir sobre os ecomuseus como modelo de governança participativa; para tanto, buscou-se através dos objetivos específicos a) analisar a relação entre sociedade e natureza, b) verificar suas características; c) demonstrar que os ecomuseus representam um modelo de governança participativa e (re)apropriação do espaço. A pesquisa buscou responder a seguinte problemática: Considerando as relações entre natureza e sociedade, é possível um ecomuseu ou um ecomuseu comunitário, contribuir para preservação da cultura e memória local, através de uma governança participativa?

A metodologia utilizada é qualitativa, com uma revisão de literatura baseada em autores que escrevem sobre o pensamento sistêmico, a racionalidade ambiental e os ecomuseus. O ecomuseu é visto como uma forma de gerenciamento do espaço, considerando este, como um sistema complexo e valorizando a biodiversidade e os ecossistemas, suas particularidades, realidades ecológicas e construídas, memórias e cultura.

CONTRIBUIÇÕES DA ECOLOGIA SOCIAL SOBRE A NATUREZA-SOCIEDADE

A concepção de natureza tem passado por contínuas transformações ao longo da evolução das ciências naturais e sociais. Como resultado, as diferentes perspectivas sobre o termo natureza frequentemente a redefinem como objeto de conhecimento, transitando por campos como geografia, ecologia, biologia e outras áreas diversas. No entanto, surgem desafios ao tentar determinar se a natureza deve ser considerada um objeto de estudo, se representa a estrutura da vida social ou, ao contrário, se constitui uma categoria independente do social. Para compreender a Ecologia enquanto ciência, é essencial recorrer ao final do século XIX, destacando figuras como Humboldt, um geógrafo cujo ensaio sobre a geografia das plantas foi pioneiro ao propor a primeira sistematização das formas biológicas. Seu trabalho ampliou os horizontes da observação científica para abarcar uma escala planetária. Outro nome fundamental é Darwin, responsável por introduzir uma visão dinâmica e evolutiva do tempo.

O termo ecologia foi formalizado por Haeckel em 1891, em sua obra "Morfologia geral do indivíduo", onde definiu o conceito de "ekologie" como o estudo das complexas relações entre os seres vivos e o ambiente que os cerca. Essa definição também compreendia as condições de existência descritas por Darwin. Haeckel descreveu a ecologia como um ramo do conhecimento dedicado à economia da natureza, envolvendo as interações dos animais com seus ambientes orgânico e inorgânico, assim como suas relações, tanto colaborativas quanto conflituosas, com outros seres vivos. A Ecologia Social, por sua vez, foi concebida no final do século XIX pelo geógrafo Elisée Reclus e posteriormente ressignificada pelo filósofo Murray Bookchin na década de 1960. Essa teoria argumenta que os problemas ecológicos contemporâneos têm raízes profundas em questões sociais que derivam de sistemas políticos e sociais hierárquicos. Estes sistemas foram moldados pela adoção acrítica de uma filosofia hipercompetitiva baseada no ciclo de "crescer ou morrer". A Ecologia Social também afirma que enfrentar tais problemas não pode depender exclusivamente de ações individuais, como o consumismo ético. Em vez disso, requer uma transformação mais ampla nos modos de pensar éticos e em atividades coletivas sustentadas por ideais democráticos radicais e libertários. Bookchin, (2004), defende que a complexidade das relações entre humanos e natureza exige o estabelecimento de estruturas sociais capazes de incorporar essas interações de maneira consciente e equilibrada.

Nesse sentido, a intervenção humana no ambiente natural sempre gera o questionamento central sobre seu papel criador ou destrutivo. Bookchin (2004), aponta que, apesar do vasto potencial humano para autogestão consciente da natureza, a humanidade ainda enfrenta limitações em realizar

plenamente esse potencial. Segundo ele, a ecologia social destaca que tanto a natureza quanto as estruturas sociais deveriam promover liberdade, solidariedade, participação e apoio mútuo. Essa interdependência reafirma a necessidade de alinhar organizações humanas com valores ecos sociais mais abrangentes.

A (RE)APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO E O DIÁLOGO COM OS SABERES

O saber ambiental emerge como resultado de uma análise crítica sobre a construção social do mundo contemporâneo. Ele não se restringe à tentativa de estabelecer um paradigma globalizante do conhecimento, uma organização sistêmica do saber ou à uniformização conceitual através de uma metalinguagem interdisciplinar. Ao contrário, a perspectiva do saber ambiental transcende a formulação de uma metodologia universal para o desenvolvimento do conhecimento, posicionando-se como um campo que interroga e problematiza o próprio conhecimento sem, contudo, descaracterizar as especificidades intrínsecas a cada disciplina científica.

159

Leff (2002) ressalta que a produção científica se insere dentro de condições ideológicas específicas, não apenas pelo fato de que o cientista, enquanto sujeito da ciência, é permeado por dimensões ideológicas desde sempre, mas também porque as práticas relacionadas à geração de conhecimento encontram-se imbricadas em teorias e modelos que refletem e incorporam o contexto epistemológico das ciências. Estas práticas estão permanentemente inseridas em um processo dinâmico de emancipação, produção e especificação dos saberes.

A reflexão sobre os desafios epistemológicos associados às questões ambientais tem sido direcionada à incorporação de um saber ambiental incipiente no interior dos paradigmas tradicionais de conhecimento estabelecidos pelas disciplinas científicas. Tal abordagem busca configurar fundamentos para uma gestão racional do ambiente (Leff et al., 1986). De acordo com o autor, o desenvolvimento de uma racionalidade ambiental está enraizado em uma nova ética e em princípios que promovem uma vivência democrática. Esses novos valores, alinhados às identidades culturais, possuem o potencial de mobilizar e reorganizar a sociedade como um todo, objetivando transformar estruturas de poder e alcançar um desenvolvimento sustentável efetivo.

Nesse contexto, os princípios da racionalidade ambiental desempenham um papel fundamental ao reorientar as políticas científicas e tecnológicas para um uso sustentável dos recursos naturais. Essa perspectiva busca a consolidação de um novo paradigma produtivo, conciliado com estilos alternativos de desenvolvimento socioeconômico (Leff, 2002). O autor explica que “[...] os

princípios de racionalidade ambiental reorientam as políticas científicas e tecnológicas para o aproveitamento sustentável dos recursos, visando a construção de um novo paradigma produtivo e de estilos alternativos de desenvolvimento. (Leff, 2002, p. 30)”.

Leff (2002) idealiza a necessidade de construção de um novo saber, *o saber ambiental*, baseado na racionalidade ambiental, na complexidade ambiental, no diálogo entre os saberes e na articulação entre as ciências que confronte o isolamento e a desintegração das ciências, das metodologias estabelecidas e das verdades absolutas. Esse não combinaria pura e simplesmente todos os conhecimentos já consolidados, mas, sim, adicionaria suas diferenças e diversidades. Um saber multifacetado, centrado na natureza, “[...] se transformaria no locus de encontro da diversidade e da diferença, e não da confluência de diversos campos do saber (ciências) que se reúnem para realizar o entendimento de uma problemática comum” (Leff, 2004, p.11).

De acordo com Leff (2002), o Saber Ambiental pressupõe a integração inter e transdisciplinar do conhecimento para explicar a complexidade de sistemas socioambientais, problematizar o conhecimento fragmentado e o desenvolvimento e construir um campo. A interdisciplinaridade, defendida por Leff (2002), é orientada por um caráter holístico e integrador do desenvolvimento, sem esquecer-se dos processos constituintes desse último.

O somatório das diferenças e das diversidades do Saber Ambiental se aproxima da Ecologia Social. Segundo Leff (2004), já que o Saber Ambiental se coloca fora da ideia do uno, do absoluto e do todo, do logocentrismo das ciências e até do saber holístico e das visões sistêmicas que buscam a integração e a retotalização do conhecimento num projeto interdisciplinar; e, já que, de acordo com Silva (2007), a totalidade da Ecologia Social não se apresenta como uma homogeneidade imutável, mas, sim, como uma dinâmica da diversidade, compreendendo as variadas estruturas, articulações e medições que dão ao todo uma rica variedade de formas, a Ecologia Social e o Saber Ambiental parecem tentar buscar soluções para a externalização do meio ambiente pela humanidade e para os conflitos socioambientais advindos por meio de “[...] uma nova racionalidade, onde estariam incorporados os princípios da democracia ambiental e da equidade social, econômica e cultural (Leff, 2004, p.12)”. Como resultado, Bookchin (1990, p. 3), por sua vez, aponta para a formação de uma “sociedade libertária, ecologicamente orientada (uma sociedade que desenvolva um novo equilíbrio com a natureza)”.

Leff (2002) acredita que essa nova racionalidade ambiental vai além da alternativa dos economistas ambientais (neoclássicos), para quem os problemas ambientais se resolvem pela valoração da natureza. O autor é crítico do ecologismo, quando considera que a economia é guiada

segundo os princípios da ecologia. Ele fala da socialização da natureza e de um manejo comunitário dos recursos baseados em princípios de diversidade ecológica e cultural.

A produção e a economia devem ser redimensionadas dentro de uma nova racionalidade. Para isso, será necessário repensar os conceitos marxistas de relações sociais de produção e desenvolvimento das forças produtivas a partir dos potenciais da natureza e dos sentidos da cultura. Isso implica deslocar a teoria económica fundada na produtividade do capital, no trabalho e na tecnologia, até um novo paradigma baseado na produtividade lógica e cultural, em uma produtividade sistêmica que integre o domínio da natureza e o universo de sujeitos culturais dentro das perspectivas abertas pela complexidade ambiental. (Leff, 2006 p. 68).

A socialização da natureza e a reapropriação do ambiente, levam a pensar em uma ordem na qual a propriedade privada e o mercado sejam marginais ou, pelo menos, governados por outras leis sociais. “A reapropriação da natureza é uma ressignificação da natureza nas sendas da vida abertas pela existência. Implica um pensamento, mas também tomar a palavra para renomear, ressignificar e dar novos sentidos a vida cultural em sua conexão com a ordem natural. (LEFF, 2006, p. 316)”. O autor também aponta que a natureza é assimilada por diferentes linguagens e culturas por intermédio de relações simbólicas que incorporam visões, razões, sentimentos, significados e interesses, os quais se confrontam no campo político em torno da (re)apropriação material e simbólica da natureza (Leff, 2006, p. 318). Tal ressignificação poderia inaugurar um espaço para o (re)encantamento do mundo, promovendo uma reconfiguração da dimensão ética da existência, que se traduz em práticas não hegemônicas de interação com o meio ambiente.

Ao longo da história, o ser humano foi rompendo suas conexões com a natureza, tanto no sentido de afastar-se de sua própria essência natural quanto do ambiente que o circunda. Esse distanciamento do "eu" e do entorno vem resultando em um desequilíbrio constante entre homem e natureza. As consequências dessa divisão desafiam, ainda hoje, o ser humano contemporâneo a reconsiderar seu estilo de vida. Uma reflexão profunda faz-se indispensável, já que a formulação de uma base filosófica para a sustentabilidade é um tema central e complexo na sociedade atual. Introduzido globalmente através do relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland, 1987), o conceito de sustentabilidade foi descrito como "o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades". O propósito central da Comissão Brundtland ao divulgar essa definição foi oferecer uma pauta global para enfrentar os principais problemas

ambientais do planeta, promovendo progresso sem esgotar os recursos vitais para as gerações vindouras.

Segundo Ayres (2008), a sustentabilidade constitui um conceito normativo que orienta como os seres humanos devem se relacionar com a natureza, ao mesmo tempo em que enfatiza sua responsabilidade com as outras pessoas e com as futuras gerações. Ainda de acordo com o autor, é possível alcançar um equilíbrio entre sustentabilidade e crescimento econômico, desde que se baseie em justiça social e na utilização eficiente dos recursos naturais (Ayres, 2008; Lozano, 2012). O autor Ignacy Sachs (2002) introduziu (oito dimensões de sustentabilidade — social, econômica, ecológica, espacial, territorial, cultural, política nacional e política internacional — para delinear os aspectos do que ele denominou ecodesenvolvimento.

É fundamental ressaltar que a natureza não deve ser vista exclusivamente sob uma perspectiva econômica ou apenas como um bem de consumo. Apesar de essa relação utilitária ter evoluído historicamente, permanece urgente a busca por uma racionalidade capaz de sustentar genuinamente o desenvolvimento sustentável. Para Leff (2004, p. 15),

O princípio de sustentabilidade surge no contexto da globalização como a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade. A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza. A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção.

162

Precisamos mais que perceber, mas internalizar a verdadeira importância do equilíbrio entre a relação de consumo e o meio ambiente, para a que as futuras gerações possam usufruir do mesmo, pois é um direito deles e um dever nosso de proporcionar um meio ambiente saudável.

O discurso da sustentabilidade busca reconciliar os contrários da dialética do desenvolvimento: o meio ambiente e o crescimento econômico. Este mecanismo ideológico não significa apenas uma volta de parafuso a mais da racionalidade econômica, mas opera uma volta e um torcimento da razão; seu intuito não é internalizar as condições ecológicas da produção, mas proclamar o crescimento econômico como um processo sustentável, firmado nos mecanismos de livre mercado como meio eficaz de assegurar o equilíbrio ecológico e a igualdade social. (Leff, 2004, p. 27).

Capra, em 1998, já havia percebido a grave crise global que se desenrolava nas últimas décadas do século XX. Para o autor, tratava-se de uma crise abrangente, impactando todos os aspectos da vida humana, como saúde, relações sociais, economia, tecnologia, direito e política. Essa crise, no

entanto, ia além do material e também envolvia dimensões espirituais, intelectuais e morais, alcançando uma magnitude inédita na história da humanidade. Pela primeira vez, a espécie humana se encontrava diante da ameaça concreta de extinção, não apenas dela mesma, mas de toda a vida no planeta. Esse cenário demandava uma profunda reflexão sobre a relação do ser humano com o meio ambiente, exigindo maior responsabilidade, não somente em relação ao presente, mas também ao futuro, às gerações vindouras.

Reconhecendo a complexidade de definir um caminho claro para a sustentabilidade, Capra argumenta que esta deve ser entendida como uma função abrangente, determinada por pelo menos cinco fatores interligados: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Tais elementos requerem uma abordagem multidimensional para serem efetivamente compreendidos e aplicados.

Essa nova forma de enxergar a vida propõe abandonar o paradigma mecanicista que tradicionalmente moldou a visão de mundo e substituí-lo por uma perspectiva ecológica. Baseando-se nos fundamentos conceituais e históricos do pensamento sistêmico e nas teorias modernas sobre sistemas vivos, Capra esboça uma teoria emergente que busca integrar mente, matéria e vida em uma visão unificada. A partir dessas reflexões, ele desenvolve o conceito de ecologia profunda, que apresenta uma compreensão científica ampliada da vida. Essa visão abrange não apenas os organismos individuais, mas também sistemas sociais e ecossistemas como um todo. Capra sugere ainda que essa nova concepção engloba um amplo contexto cultural e social.

Na análise do autor, essa crise de percepção reflete-se nas formas superficiais com que questões ambientais têm sido abordadas e nos esforços globais para lidar com os danos causados à biosfera e à própria humanidade. Ele destaca a necessidade de um olhar sistêmico para os desafios atuais devido à crescente conexão e interdependência entre diferentes problemas.

Apesar de identificar potenciais soluções, Capra destaca que essas demandam uma transformação radical nas percepções humanas, no modo de pensar e nos valores sociais. Ele manifesta seu descontentamento ao observar como essa mudança fundamental ainda não está presente nas agendas de Estados, corporações, lideranças políticas e acadêmicas das principais universidades. No entanto, do ponto de vista sistêmico, ele enfatiza que as únicas respostas viáveis são aquelas baseadas na sustentabilidade. O desafio central seria construir comunidades sustentáveis, capazes de atender às necessidades e aspirações do presente sem comprometer as oportunidades das gerações futuras. Leff (2008) também assinala que as mudanças necessárias para a transição ao desenvolvimento sustentável decorrerão de pactos sociais, da adoção de uma estratégia política

complexa orientada pela gestão democrática do desenvolvimento sustentável, implementadas pelas reformas do Estado e pelo fortalecimento da sociedade civil e de suas organizações.

SOBRE A NOVA MUSEOLOGIA E A MUSEOLOGIA SOCIAL

A década de 1960 representou um marco significativo na história das sociedades latino-americanas, bem como na Europa e na América do Norte, abrangendo diversas dimensões sociais. Esse período foi caracterizado por transformações profundas na estrutura da sociedade e nas interações com o meio ambiente. O desenvolvimento industrial, acompanhado pela exploração desenfreada dos recursos naturais, resultou em prejuízos substanciais ao patrimônio cultural e ambiental, fomentando tensões sociais. Nesse contexto, emergiram movimentos sociais que passaram a reivindicar direitos, denunciar práticas prejudiciais e pressionar pela implementação de mudanças estruturais.

Este processo de dependência e exploração têm destruído o patrimônio cultural e ambiental dos povos latino-americanos, degradando o potencial produtivo dos ecossistemas naturais. “[...] a problemática ambiental é uma questão política. Isso se reflete no surgimento de movimentos sociais em defesa dos recursos, terras e valores culturais dos povos; na luta pelo reconhecimento de seu meio ambiente e pela recuperação de seus espaços vitais. (Leff, 1998, p. 161 e 270, tradução nossa)”.

Durante essa mesma década, emergiram movimentos artístico-culturais que desafiavam os modelos estabelecidos. A crescente influência dos meios de comunicação de massa, a crítica à sociedade de consumo e a rejeição aos paradigmas anteriores abriram caminho para a busca por maior liberdade temática e de linguagem. Esses movimentos foram, em muitos casos, o prenúncio das futuras lutas sociais e políticas (Tourrain, 1983; Paes, 1993).

Paralelamente, começaram a surgir reflexões críticas sobre as funções dos museus na Europa, América do Norte e América Latina. A exploração de novas linguagens e expressões artísticas permeava o ambiente museológico, contrastando com padrões tradicionais e impulsionando a criação de espaços alternativos. Um exemplo inovador foi apresentado nos Estados Unidos, no final dos anos 1960, liderado pelo museólogo afro-americano John Kinard. Em Washington DC, foi inaugurado em 1967 o Museu de Vizinhança de Anacostia, voltado para temas como problemas urbanos, preservação da memória, identidade comunitária, cultura africana e questões sociais relacionadas à população negra.

Essas ações disruptivas e questionamentos às instituições encorajaram uma reflexão mais profunda sobre valores culturais e sociais, incentivando novas perspectivas sobre o conceito de patrimônio. Esse processo culminou em uma visão mais abrangente que engloba o meio ambiente, o saber local e os artefatos como parte do patrimônio integral. Essa transformação no entendimento de patrimônio reflete diretamente na maneira como ele é gerido e valorizado, abrangendo monumentos, sítios históricos, museus e outros locais de relevância cultural (Rivard, 1984; Scheiner, 2004).

Segundo Scheiner (2004), é essencial considerar o potencial político-social desses patrimônios. A Modernidade promoveu uma separação ontológica entre natureza e cultura, entre mito e razão e, finalmente, entre presente e passado - visando explicitar a apreensão do possível. E neste universo desenvolveu o conceito de patrimônio, como cristalização do fazer humano no tempo e como instância de legitimação da natureza enquanto objeto de pertencimento do homem.

[...] patrimônio é, assim, o que foi produzido, criado, instituído – o que faz prova da capacidade humana de habitar o mundo natural e, por meio dele, criar e desenvolver cultura. É neste sentido que se desenha e populariza o termo patrimônio cultural - conceito que está na base do uso do patrimônio como retórica do passado e que reifica a noção de conjunto patrimonial como núcleo fundador de espaços ocupados. (Scheiner, 2004, p. 152)

165

Em 1971, durante a IX Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus (ICOM) realizada em Grenoble, França, discutiu-se o tema "O Museu a Serviço do Homem, Atualidade e Futuro - O Papel Educativo e Cultural". No ano seguinte, em Santiago, Chile, ocorreu uma mesa-redonda para refletir sobre o papel dos museus na América Latina. Esse encontro reuniu profissionais do setor para debater ideias, compreender o contexto museológico regional e propor soluções relevantes. De acordo com Hugues de Varine-Bohan, os participantes chegaram à inquietante constatação de que desconheciam as próprias cidades onde viviam e trabalhavam.

Nos anos 1980, o movimento conhecido como Nova Museologia começou a consolidar seus princípios, ganhando força em diversos países como França, Portugal, Canadá, Noruega e em algumas regiões da África. Na América Latina, iniciativas impulsionadas pela OEA e pela UNESCO deram origem aos Museus Didático-Comunitários em países como Nicarágua, Equador, Costa Rica, Colômbia e Brasil. Em outubro de 1984, a Declaração de Quebec, elaborada durante o I Ateliê Internacional Ecomuseu/Nova Museologia, estabeleceu diretrizes voltadas a uma museologia ativa e engajada no desenvolvimento das comunidades. Ao contrário da abordagem tradicional centrada nas coleções, essa nova perspectiva priorizava as dimensões afetivas, volitivas e cognitivas da memória presente como ponto de partida para compreender o passado. Nesse contexto, o público assumia um papel integrador, com participação ativa e criativa.

Varine (2012) aponta dois princípios centrais para o movimento da Nova Museologia. O primeiro é político: a função social dos museus, defendida já em 1972 durante a Mesa-Redonda de Santiago do Chile. O segundo é empírico: a valorização dos saberes de todas as pessoas. Ele também enfatiza que unir essas duas dimensões em um projeto concreto é essencial para garantir a participação efetiva das comunidades.

Em 1992, o Seminário "A Missão do Museu na América Latina Hoje: novos desafios" foi realizado em Caracas, Venezuela. O evento revisitou o papel dos museus como agentes de desenvolvimento regional integrado, defendendo práticas que respeitem e dialoguem com os contextos locais. Segundo Varine (2012), a doutrina elaborada em Santiago foi ampliada pela Declaração de Caracas, incorporando a valorização do patrimônio natural e cultural, mesmo quando fora dos limites formais dos museus.

Mais recentemente, em 2013, o Brasil sediou a XXIII Conferência do Conselho Internacional de Museus e a XV Conferência Internacional da Nova Museologia. Esse encontro foi descrito por Delambre (2013) como paradigmático, pois gerou o terceiro documento do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), algo que só havia ocorrido anteriormente em 1972, com a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, e em 1984, com a Declaração de Quebec no Canadá. Para Delambre (2013, p. 1),

No Brasil, principalmente, e em outros países, as discussões trazidas por esses novos segmentos museológicos, definitivamente, não estão restritas ao campo da museologia ou das áreas que trabalham diretamente com a memória. Essa discussão no campo da museologia reforça a tese que defendemos em outros textos: emerge uma aproximação e uma práxis profundamente multidimensional e pluriparticipativa, nas quais o mais importante não é a formação acadêmica do participante, senão sua e-fetiva e a-fetiva contribuição para construção dessa nova sociedade.

De acordo com Figurelli e Moutinho (2016), o conceito de Museologia Social fundamenta-se na integração do museu ao contexto social em que está inserido. Os autores destacam a importância de uma transformação no paradigma dos profissionais de museus, demandando uma formação direcionada à ampliação da concepção de patrimônio. Essa mudança incorpora também a reavaliação dos objetos museológicos, a promoção de uma participação ativa da comunidade, não se restringindo ao papel de público visitante, mas também envolvendo-se na gestão do museu e na definição das práticas museológicas. Além disso, enfatiza-se o uso de novas tecnologias da informação e da museografia como instrumentos autônomos e eficazes de comunicação no âmbito museal. Para Figurelli e Moutinho (2016), a instituição distante, aristocrática, olimpiana, abecada em apropriar-

se dos objetos para fins taxonômicos, tem cada vez mais - e alguns disso se inquietam - dado lugar a uma entidade aberta sobre o meio, consciente da sua relação orgânica com o seu próprio contexto social. A revolução museológica do nosso tempo - que se manifesta pela aparição de museus comunitários, museus 'sans murs', ecomuseus, museus itinerantes ou museus que exploram as possibilidades aparentemente infinitas da comunicação moderna - tem as suas raízes nesta nova tomada de consciência orgânica e filosófica.

A razão de ser da Museologia Social está na relação direta com a sociedade, especificamente com os segmentos sociais. Na museologia social não há padrões estruturais, científicos, filosóficos ou artísticos preestabelecidos, pois compreende-se que o fazer museal é uma construção resultante de um contexto histórico que não tem e não quer ter um caráter normativo e que apresenta respostas para os problemas também singulares e que, sobretudo, assume compromissos políticos e poéticos (Chagas *et al.* 2018).

A ORIGEM DO ECOMUSEU

167

Em 1970, nasceu a ideia de criar um museu em Creusot/Borgonha. Naquele ano, Marcel Évrard (1921-2009), após realizar inúmeras expedições pelo mundo com o objetivo principal de coletar objetos de arte primitiva para abastecer museus e galerias na França, retornou à sua propriedade na Borgonha. Sua esposa, Michele Évrard (1929-2007), nativa da região, enfrentava uma grave enfermidade, o que levou o casal a permanecer na localidade. A relação que estabeleceram com a comunidade local os conduziu a uma participação ativa na criação do Ecomuseu do Creusot.

Posteriormente, Jo Lyonnet, um ativista cultural da cidade, assumiu a presidência com o objetivo de fomentar os artistas locais. Ele convidou Évrard para ser a primeira figura externa à municipalidade de Creusot a integrar as atividades preliminares relacionadas ao futuro Ecomuseu. Baseando-se nas iniciativas já desenvolvidas na comunidade e considerando a presença de Évrard na cidade, o então prefeito Henri Lacagne (1909-1993) propôs a ele a criação de um museu, expandindo a estrutura cultural existente.

Ainda em 1970, Évrard havia fundado o CRACAP – Centro Nacional de Pesquisa de Animação e Criação para as Artes Plásticas –, mas faltava um espaço adequado para instalar esse projeto. Nesse contexto, a prefeitura de Creusot ofereceu-lhe o Château de la Verrerie. Esse antigo castelo, que havia sido residência da renomada família Schneider – importante dinastia industrial da região até meados do século XX –, foi cedido com a condição de que nele fosse criado um museu

para a cidade. A ocupação deste símbolo da industrialização marcou um passo significativo para a reapropriação e valorização do patrimônio local sob uma perspectiva museológica (Filho, 2006; Brulon, 2015).

Sobre o tema da sociologia dos valores, Nathalie Heinich (2009) chama a atenção para:

[...] o patrimônio em si mesmo pode ser entendido como uma categoria valorizada, de modo que o simples fato de se categorizar um artefato como patrimonial significa que a ele é atribuído um valor. (Heinich, 2009, p.151).

A autora argumenta que o domínio patrimonial deve ser compreendido como inseparável de uma abordagem axiológica. Isso se torna evidente, como demonstrado no caso do museu do Creusot, ao envolver julgamentos de valor – sejam eles individuais ou coletivos – e um conjunto de emoções que orientam a seleção e preservação do patrimônio por grupos específicos.

O projeto atraiu a atenção de figuras proeminentes que, mais tarde, marcariam a história do Creusot: Hugues de Varine (1935-), Georges Henri Rivière (1897-1985) e Mathilde Bellaigue (1932-). Estes indivíduos foram atraídos pela proposta museológica inovadora de Évrard, que integrava elementos dos chamados “museus de sociedade” a modelos tradicionais de museus de arte. Essa inovação repousava na constatação de Évrard e Varine durante as primeiras discussões sobre o Ecomuseu: a realidade local indicava que um museu clássico não despertaria o interesse da população, mesmo reconhecendo que seria desafiador obter aceitação de um novo modelo museológico pelas autoridades francesas, como se confirmou posteriormente (Debary, 2002, p. 205).

A concepção do Ecomuseu tinha como alicerce fundamental as pessoas. O projeto buscava romper com a ideia histórica de paternalismo industrial e promover a participação ativa da comunidade urbana do Creusot como uma entidade autônoma. Para alcançar essa perspectiva interdisciplinar, Évrard optou por uma abordagem voltada a devolver aos habitantes do Creusot – historicamente impactados por um passado de dominação – o protagonismo sobre suas próprias narrativas e a possibilidade de resgatar suas memórias e identidades.

Mathilde Bellaigue, que atuou como assistente de Évrard entre 1976 e 1984, testemunhou os efeitos prejudiciais do processo histórico de desvalorização sofrido pela população do Creusot em função do desenvolvimento industrial. Segundo Bellaigue, enquanto os habitantes tinham ciência de feitos históricos ligados à grande indústria local – como a participação na construção da Torre Eiffel, da estação ferroviária em Santiago do Chile e do Marteau-pilon do Creusot –, desconheciam e negligenciavam a importância de sua própria história local (Brulon, 2015).

Hugues de Varine-Bohan, natural da região da Borgonha, manifestou interesse pelo desafio apresentado no projeto e decidiu integrar-se ao movimento. Passou a participar ativamente das reuniões no Creusot com Évrard e Lyonnet e conduziu entrevistas com líderes locais. Nesse contexto, emergiu a problemática da institucionalização do Ecomuseu, já que, na França, a criação de museus demandava legitimidade sob a tutela de um ministério específico.

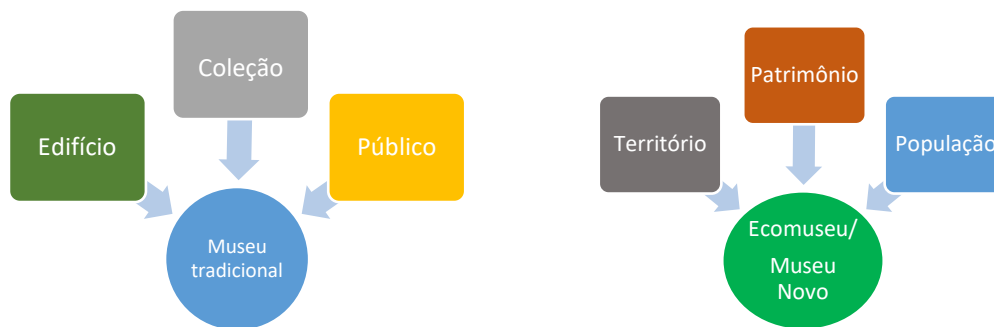
Diante disso, Varine (2012) propôs um debate nacional abrangente entre especialistas e profissionais da área museológica para tratar sistematicamente o conceito indefinido de museu que se buscava implementar. Como diretor do ICOM (Conselho Internacional de Museus), cargo anteriormente ocupado por Rivière, Varine manteve uma ligação constante com o projeto, explorando a nova forma de conceber a museologia que o Ecomuseu representava.

Assim, o Ecomuseu foi instituído sob o formato de uma associação regida por estatuto próprio, diferenciando-se dos museus tradicionalmente reconhecidos pelo governo devido à sua natureza não permanente. Por se tratar de uma associação, poderia ser dissolvida caso deixasse de cumprir seus objetivos originais. A proposta priorizava um caráter participativo das comunidades locais e adjacentes, promovendo múltiplas possibilidades para o engajamento populacional desejado pelos idealizadores. Essa concepção não apenas oferecia esperança para o resgate do patrimônio cultural pelo próprio povo do Creusot, mas também sugeria um olhar revolucionário dentro do campo da museologia francesa e internacional.

Pires e Chagas (2018) destacam que, ao contrapor-se às teorias e práticas associadas aos modelos clássicos de museus, o Ecomuseu criou uma via alternativa enriquecedora. Nesse cenário, Hugues de Varine-Bohan demonstrou esforço contínuo para desenvolver uma sistematização teórico-experimental dessa experiência inovadora no campo museológico. Na perspectiva de Varine (2012), essa proposta culmina em um quadro esquemático que busca orientar as práticas relacionadas ao Ecomuseu.

Estamos aqui, diante de um novo paradigma; um marco histórico entre a museologia tradicional para um novo pensar museal, para uma nova museologia baseada no reconhecimento da função social do museu, reconhecendo as relações entre território, sociedade e museu.

Figura 1: Sistematização teórico-experimental, segundo Hugues de Verine-Bohan.



Fonte: Balthazar (2021 p. 34).

OS ECOMUSEUS E OS MUSEUS COMUNITÁRIOS NO BRASIL

Marco histórico das transformações ocorridas no universo museológico brasileiro e internacional e as últimas décadas do século XIX representam, de certa forma, o desenvolvimento da Museologia. Pós década de 1970, acompanhamos a disseminação das inovações teóricas e metodológicas propostas pela Nova Museologia, influenciando diversas tipologias de museus e organizações não-museais como as associações culturais, as organizações não-governamentais, entre outras.

Dialogando com a nova museologia, surgiram iniciativas museológicas e, como reflexo desse diálogo, experimentações foram desenvolvidas por adeptos ao movimento. Entre as décadas de 1950 e 1990, algumas experiências foram realizadas no Brasil e ao final do século XX e início do século XXI, observou-se o aumento do número de museus que se denominam com as novas tipologias, se intitulando ecomuseus ou museus comunitários.

No Brasil há uma crescente reivindicação da constituição de museus próprios por parte de diferentes grupos étnicos e de movimentos sociais; eles veem a criação de instituições museológicas como um direito à memória que possibilita a afirmação de sua identidade, fortalecendo a ideia de pertencimento a uma determinada coletividade.

Acompanhamos, então, o crescimento dos museus comunitários, dos museus populares, dos museus étnicos, dos ecomuseus e dos museus temáticos em oposição aos museus nacionais no Brasil, mas também em várias partes do mundo.

Santos (2017), destaca que as novas experiências museológicas surgem diariamente e que se identificam com os pressupostos da Nova Museologia e da Museologia Social utilizando os termos

“ecomuseu” e “museu comunitário” em suas denominações, demonstrando propostas museológicas diferenciadas, se apropriando de novas tecnologias de comunicação, permitindo a abrangência de atuação para ambientes virtuais, facilitando não apenas uma maior interação intra-comunidade, mas também a sua localização por pesquisadores/as e demais pessoas interessadas. A autora ainda cita que a utilização do termo “ecomuseu” no Brasil, assim como na França, “viralizou” ocorrendo, em muitos casos, um distanciamento das ideias e dos paradigmas inicialmente propostos para essa tipologia de museus. Com o termo “museu comunitário”, a autora demonstra a mesma preocupação, verificando uma diversificada compreensão do conceito “comunidade” (Santos, 2017).

No Brasil, com a consolidação do projeto democrático, os museus estão sendo considerados agências de inclusão social e cultural, de desenvolvimento, de reconhecimento e de afirmação das identidades e da diversidade. As políticas públicas construídas para o setor, com o envolvimento de vários segmentos da sociedade e implantadas de acordo com as demandas dos trabalhadores de museus e dos grupos sociais, começam a dar frutos em diferentes regiões do país, não somente nos aspectos relacionados com a normatização e o funcionamento do setor, como também no apoio e incentivo aos cidadãos que se mobilizam para a construção de seus espaços de memória, com criatividade e uma vitalidade até então desconhecida. (Santos, 2017, p. 93).

Importante citar que, diante do cenário apresentado, houve a preocupação dos profissionais da museologia em organizar o segmento, buscando através de ações concretas e de políticas públicas um acompanhamento e aperfeiçoamento dos trabalhos museais.

Com a implementação do Cadastro Nacional de Museus (CNM), em 2006, que reuniu profissionais com o objetivo de mapear e cadastrar os museus do Brasil, foi possível a construção de uma cartografia museológica brasileira, organizando as informações do setor (Hollanda, 2011).

Segundo Miranda (2011), o Cadastro Nacional de Museus,

[...] foi desenvolvido com o objetivo de recolher sistematicamente informações sobre os museus brasileiros e compartilhá-las amplamente com a sociedade, visando assim constituir-se não apenas em importante fonte de pesquisa, mas também em centro difusor dos museus brasileiros. (MIRANDA, 2011, p.13).

Outro marco histórico expressivo para o Brasil foi a Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus e a Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), colaborando com a implementação no país de uma política museológica que efetivamente democratiza o acesso aos museus, garantindo a todo cidadão o direito à memória e à usufruir do patrimônio cultural, artístico e social da nação.

Em 2011, o Instituto Brasileiro de Museus, que é vinculado ao Ministério da Cultura (MinC), lançou o Guia dos Museus Brasileiros (GMB). O GMB é o resultado do trabalho realizado através do CNM e apresenta aproximadamente 3.200 museus brasileiros mapeados, embora nem todos cadastrados.

Dentro dessa perspectiva, Santos (2017) realizou um estudo levantando dados referente ao número de ecomuseus e museus comunitários no Brasil. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2015 e 2017 e foi possível identificar 196 ecomuseus e museus comunitários.

Figura 2: Ecomuseus e museus comunitários no Brasil por região.



Fonte: Balthazar (2021, p. 48).

Nos estudos realizados por Santos (2017), observa-se que principalmente a partir de 2008 no Brasil começaram a surgir iniciativas museológicas que se denominam ecomuseus ou museus comunitários de forma expressiva. O estado do Ceará é o que apresenta o maior número de iniciativa museológicas no período da pesquisa, contabilizando 38 ecomuseus e museus comunitários, seguido pelo estado do Rio de Janeiro, com 29 e São Paulo com 18; em Santa Catarina, conforme o levantamento realizado no período, temos 08 iniciativas museológicas que se denominam ecomuseus

ou museus comunitários. Importante destacar que o Ecomuseu Serra do Rio do Rastro foi instituído no ano de 2013 e não em 2016, como destacado na pesquisa realizada pela autora.

Se considerarmos os dados por região, podemos observar que a região nordeste é a que apresentou o maior número de iniciativas museológicas que se denominam ecomuseus e museus comunitários, seguida pela região sudeste. A região sul é a terceira região com maior número de ecomuseus e museus comunitários e as regiões norte e centro-oeste, apresentam o menor número das iniciativas museológicas estudadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender a complexidade da construção dos sistemas humanos, busca-se incessantemente através do diálogo dos diversos saberes, uma reflexão profunda sobre a relação entre os sistemas naturais e as sociedades.

Atualmente, o discurso da sustentabilidade é comum e, teoricamente, complexo no mundo político e no mundo das ciências, o que o reprime inúmeras vezes as discussões e/ou as ideias que são fundamentais; dessa forma, são incertos os caminhos que antecedem à sustentabilidade.

Buscou-se, através do pensamento sistêmico e da racionalidade ambiental, compreender as contribuições dos ecomuseus e dos museus comunitários no Brasil, para uma governança participativa e para uma (re)apropriação do espaço pautada no respeito ao meio ambiente, reconhecendo os patrimônios culturais, materiais e imateriais como importantes meios para uma relação sustentável entre o homem e a natureza.

O ecomuseu é espaço de convívio social e fonte de educação popular, de transmissão cultural, de abertura para o empoderamento comunitário, partindo da premissa de que, ao participar das decisões através de uma governança participativa e vivenciar o ecomuseu, a comunidade empodera-se pois (re)aviva as suas memórias afetivas e a sua identidade com o local.

Importante também citar que as possibilidades de pesquisa e de conservação são um meio de ação, transformação e não um fim em si mesmo. Sabe-se que não há um modelo nem uma regra. Os ecomuseus são todos únicos e diferentes entre si, não apenas pela natureza de seu patrimônio cultural, natural e de sua comunidade, mas pela história particular de seu processo evolutivo, suas mudanças cotidianas como, por exemplo, o acolhimento de novos moradores, que é resultado do crescimento urbano, porém, a sua essência comunitária permanece (Priosti; Mattos, 2007; Varine, 2012).

REFERÊNCIAS

- BALTHAZAR, J. W. S. *Conexões e (re)apropriação territorial: a contribuição de um Ecomuseu para a governança e a sustentabilidade*. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2021.
- BOOKCHIN, M. *Auto Gestão Hoje: Teorias e Práticas*. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2004.
- CAPRA, F. A. *Teia da Vida: uma nova compreensão dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1998.
- DELAMBRE, D. *Rio+20+Paralelos = Sustentabilidade, Casa da Transdisciplinaridade no Século XXI*. Coimbra, 12 set. 2012. Disponível em: <https://golparaoplaneta.wordpress.com/2012/07/12/rio20paralelos-sustentabilidade-casa-da-transdisciplinaridade-no-seculo-xxi/>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- FIGURELLI, G.; MOUTINHO, M. Os Cadernos de Sociomuseologia 1993-2012: da nova museologia à sociomuseologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, [s.l.], n. 7, p. 19-29, 2016. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/7712/1/5490-1-17594-1-10-20160626.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- HAECKEL, E. *Anthropogenie. Oder, Entwicklungsgeschichte des menschen*. Leipzig: Wilhelm Engelmann, 1891.
- HEINICH, N. *La fabrique du patrimoine: De la cathédrale à la petite cuillère*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme. 2009.
- LEFF, E. *Epistemologia Ambiental*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LEFF, E. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- LEFF, E. *Ecologia, capital e cultura: A territorialização da racionalidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2008.
- PRIOSTI, O. M.; MATTOS, Y. Caminhos e percursos da museologia comunitária. *Cadernos de Museologia*, n. 28, p. 71-92, 2007. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/4428/1/CAMINHOS%20E%20PERCURSOS%20DA%20MUSEOLOGIA%20COMUNIT%20C3%81RIA.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- VARINE, H. Patrimônio e Educação Popular. *Revista Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 31, p. 287-296, 2012.